

EXTENSÃO RURAL E CIBERCULTURA: O FACEBOOK COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Bruno de Oliveira Andrade¹
Maria Salett Tauk Santos²

RESUMO

A pesquisa analisa as ações de comunicação da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) nas redes sociais virtuais, especificamente o Facebook. A intenção é compreender até que ponto o trabalho da Asbraer no Facebook contribui na promoção dos princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). O estudo utiliza técnicas combinadas de coleta e análise de dados, com ênfase na Netnografia ou Etnografia Virtual, uma abordagem metodológica que busca se utilizar dos pressupostos da Etnografia para análise do ciberespaço. A pesquisa elencou as seguintes categorias, para análise: Ater e desenvolvimento sustentável; Ater e agricultura ecológica; Ater, construção da cidadania e democratização da gestão da política pública; Ater e relações de gênero, geração e etnia. Os resultados evidenciaram que, apesar de a Asbraer publicar conteúdos com regularidade em sua Linha do Tempo no Facebook, poucas vezes contempla as preocupações apresentadas nos princípios da Pnater. Identificamos igualmente que a rede virtual da Associação, e seus seguidores, é caracterizada por poucas interações entre os nós ali presentes.

Palavras-chave: ASBRAER, cibercultura, Extensão Rural, , facebook, . redes sociais.

¹ Graduação em Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: brunoandrade82@hotmail.com

² Professora Associada IV da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Possui Graduação em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (1971), Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1982) e Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1994). Professora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex/UFRPE), do Programa de Pós Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância – UFRPE (2010/2013), e do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social (DCD-UFRPE). E-mail: mstauk@terra.com.br

RURAL EXTENSION AND CYBERCULTURE: FACEBOOK AS A PROMOTIONAL TOOL OF THE NATIONAL POLICY ON TECHNICAL ASSISTANCE AND RURAL EXTENSION

ABSTRACT

The research aims to analyze the communication actions of the Brazilian Association of State Technical Assistance and Rural Extension (Asbraer) in virtual social networks, specifically Facebook. The intention is to understand to what extent the work of Asbraer on Facebook collaborates in promoting the principles of the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension. The study uses combined techniques of collecting and analyzing data, including a literature review, document analysis, with an emphasis on netnography or Virtual Ethnography and semi-structured interviews. For analysis, the survey listed the following categories: ATER and sustainable development; ATER and farming; ATER, building citizenship and democratization of the management of public policy; ATER and relations of gender, generation and ethnicity. The results showed that despite the Asbraer regularly publish content on your Timeline on Facebook, they rarely include the concerns raised on the principles of Pnater. Furthermore, we identified that the virtual network of the Association and his followers is characterized by few interactions between nodes present there.

Keywords: ASBRAER, cyberculture, facebook, Rural Extension, social network.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar os perfis virtuais do Facebook como instrumento de promoção da Política Nacional de Ater (Pnater). Mais especificamente, o que se quer compreender é a contribuição das ações de comunicação da Associação das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) no Facebook, no sentido de favorecer a promoção dos princípios da Pnater. Busca-se também compreender até que ponto a rede virtual formada pela Asbraer e seus seguidores no Facebook contribui para o debate e reflexão de questões ligadas à Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) contemporânea.

Quando apontamos os princípios da Pnater como norteadores de nossa análise, acreditamos que estes se constituem preocupações permanentes das ações da Ater nos dias atuais. Embora a Asbraer não assuma um compromisso formal em seu estatuto com a promoção da Pnater, os princípios desta política estão presentes nas ações de Ater que recebam recursos federais, por meio das Chamadas Públicas promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), previstas pela Lei Nº 12.188. Além disso, uma Ater voltada à promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural; ao incentivo à prática de agriculturas comprometidas com a preservação dos recursos naturais; à inclusão sócio, político e econômica de mulheres e jovens rurais; à promoção de ações específicas entre as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e povos tradicionais; e que valorize os conhecimentos tradicionais e a participação e protagonismo de seus beneficiários são questões fundamentais da Extensão Rural na contemporaneidade. É de se esperar da Asbraer e de suas associadas o exercício de uma Ater que se preocupe com estas questões.

A importância desta pesquisa está relacionada às preocupações com o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema de Ater em todo o país. É uma intenção do estudo a compreensão das novas possibilidades nas quais profissionais e instituições têm desenvolvido iniciativas voltadas à promoção da Ater, especificamente no ciberespaço. Pretendemos também contribuir para o avanço do conhecimento sobre os usos das mídias sociais virtuais na Extensão Rural. Na medida em que essas redes virtuais ganham forma e número de adeptos, o conhecimento sobre suas possibilidades de usos e apropriações pode apontar para caminhos de melhor aproveitamento delas, para indivíduos e organizações. Além disso, o trabalho se incorpora ao avanço dos estudos sobre Cibercultura, Comunicação, Tecnologia e Desenvolvimento, desenvolvidos no âmbito do Programa de Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Posmex/UFRPE).

2. A POLÍTICA NACIONAL DE ATER

Em 2003, a instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), política pública do Estado brasileiro junto aos homens e mulheres do campo, sintetizou os anseios dos diversos atores que sonharam e lutaram por uma nova forma de compreensão do desenvolvimento do mundo rural. Era preciso superar o fracasso que representou o modelo baseado na Difusão de Inovações apregoada pela Revolução Verde, que gerou exclusão social sem precedentes no campo e degradou o meio ambiente em todos os cantos do país (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). A Pnater se apresentou, neste cenário, como norteadora das iniciativas de acompanhamento e fortalecimento junto a agricultores e agricultoras familiares.

A nova Ater brasileira passou a ser pautada formalmente no desenvolvimento sustentável como caminho a ser construído para o meio rural do país. A adoção de práticas que assegurassem a preservação dos recursos naturais e a qualidade dos alimentos foi um requisito capital para a Ater. O cuidado com os solos, rios, matas, florestas e ecossistemas de uma forma geral passou a constituir elemento fulcral nas preocupações das organizações responsáveis pela Ater pública. A prudência ambiental e o compromisso com as próximas gerações estão diretamente associados às noções atuais de desenvolvimento para o mundo rural (CAPORAL, 2005).

A comunicação dialógica e a educação humanista e construtivista foram apontadas como os parâmetros para as ações dos agentes promotores Ater (BRASIL, 2004). Estes elementos tiveram o objetivo de estabelecer uma nova relação entre extensionistas rurais e agricultores familiares. Se nas décadas anteriores, a Ater se utilizou de técnicas de persuasão e convencimento – o Difusionismo – para forçar os produtores rurais a implementarem as inovações e pacotes da Revolução Verde (LIMA; ROUX, 2008), a Ater do século XXI assumiu o compromisso com a construção de relações baseadas na igualdade, na busca pela liberdade das famílias do campo e pela problematização da realidade vivida no mundo agrícola (BRASIL, 2004).

Os conhecimentos e tradições de agricultores e suas famílias passariam a ser respeitados pela Ater. Os agricultores deixariam de ser vistos como meros repositórios das informações trazidas pelos extensionistas e passariam à condição de sujeitos ativos, protagonistas do processo de Ater, por meio de uma pedagogia libertária e progressista, da qual Freire (1983) foi o maior expoente (LIMA; ROUX, 2008).

Tauk Santos (2003, p. 38) destaca que as últimas décadas do século XX e o início do século XXI foram marcados pelo fortalecimento da compreensão de uma comunicação/extensão rural que busca contribuir com a construção do desenvolvimento vinculado ao exercício da cidadania, ao empoderamento dos contextos populares rurais. A autora pondera que os anos anteriores à construção da Pnater viram avançar uma comunicação/extensão rural, que buscou deixar de lado as práticas da mudança induzida e alcançou o “patamar da mudança construída enquanto ação para superar as condições de exclusão.”

A Política Nacional de Ater de 2003 enfatizou a exclusividade a ser dada aos agricultores familiares e às populações historicamente excluídas e fragilizadas pelo capitalismo de mercado. Agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas, povos da floresta, pescadores artesanais e aqüicultores, extrativistas, entre outros, são apontados como os beneficiários pela Ater pública. Além disso, jovens e mulheres rurais passam a ser contemplados como públicos específicos da ação da Extensão Rural (BRASIL, 2004).

A realidade local e os processos de desenvolvimento endógeno ganham espaço. Neste sentido, os agentes da extensão rural deveriam garantir o apoio e valorizar os potenciais e aspectos relevantes presentes em cada território específico (BRASIL, 2004). O desenvolvimento local é apontado como um possível caminho a ser adotado para o meio rural, ao promover a articulação e o fortalecimento dos potenciais endógenos de determinadas localidades. Para a Pnater de 2003, a Ater contemporânea deveria estar atenta aos atores sociais presentes num determinado território, fomentando a articulação, participação democrática de todos na busca por alternativas, para melhoria da qualidade de vida e geração de oportunidades.

Em 2010, a Pnater de 2003 foi instituída pela Lei Federal 12.188, Lei de Ater (BRASIL, 2010), sendo a atual política pública voltada ao acompanhamento das populações rurais e demais públicos beneficiários da Ater. No artigo 3º da Lei 12.188 (BRASIL, 2010, p. 1), o Estado brasileiro apresenta os princípios da Pnater:

- I – desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- II – gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- III – adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- IV – adoção dos princípios da agricultura de base ecológica, como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;
- V – equidade nas relações de gênero, geração e etnia; e
- VI – contribuição para a segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2010, p. 1).

Realizamos a análise das ações de comunicação da Asbraer no Facebook, a partir dos princípios acima descritos e com o auxílio da reflexão teórica sobre temáticas importantes para a Ater contemporânea. Os princípios foram sintetizados

em quatro diferentes categorias de análise: 1) Ater e desenvolvimento sustentável; 2) Ater e agricultura de base ecológica; 3) Ater, participação e cidadania; e 4) Ater, relações de gênero, geração e etnia. A partir dessas categorias, buscamos compreender até que ponto as ações de comunicação da Asbraer na rede virtual Facebook se aproximam dos princípios da Pnater.

3. CIBERCULTURA E TICs

Há que se considerar, igualmente, que todas essas questões referentes à Ater acontecem num cenário em que está sendo engendrada uma nova cultura mundializada, chamada por alguns autores de cibercultura. Os primeiros anos do Século XXI correspondem a um período de transição, marcado essencialmente pela ampla utilização das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Segundo Castells (2011), as duas últimas décadas apresentaram fenômenos suficientes para acreditarmos estar vivenciando um período de transição entre diferentes formas de sociedade. O autor nos ajuda a compreender os desafios vividos pela sociedade contemporânea: “as categorias intelectuais que utilizamos foram cunhadas em circunstâncias diferentes e dificilmente podem dar conta do que é novo, referindo-se ao passado” (CASTELLS, 2011, p. 1). Diz o autor que o final do século XX e o início do XXI foram marcados por transformações sociais, econômicas, culturais e tecnológicas significativas que, juntas, deram origem a uma nova forma de sociedade.

É, sobretudo, no mundo virtual que grandes revoluções vêm sendo processadas e fortalecidas. A virtualidade é hoje elemento essencial da vida real das pessoas (CASTELLS, 2011). As gerações mais recentes praticamente desconhecem como era a vida antes da popularização massiva da internet. O contexto atual é marcado por um grande fosso geracional, já que grande parte das pessoas de mais idade não consegue acompanhar a velocidade das transformações e o desenrolar de novas tecnologias. Para boa parte da humanidade contemporânea, a virtualidade e o ciberespaço constituem elemento fundamental da identidade.

Lévy (1999, p. 51) enfatiza que o ciberespaço “encoraja um estilo de relacionamento quase independente dos lugares geográficos (...) e da coincidência dos tempos (comunicação assíncrona).” Embora ressalte que isto não é uma novidade absoluta, já que isso também podia ser verificado pelo uso de telefones e até mesmo por meio de correspondências, o autor destaca, no entanto, que:

As particularidades técnicas do ciberespaço permitem que os membros de um grupo humano (que podem ser tantos quantos quiserem) se coordenem, cooperem, alimentem e consultem uma memória comum, isto quase em tempo real, apesar da distribuição geográfica e da diferença de horários. Esse processo está ligado à virtualização da informação, mas também à das organizações, da economia e de toda a sociedade.

Lévy (1999, p. 169) ressalta ainda que um dos grandes motores da cibercultura é a inteligência coletiva, que seria a “valorização, a utilização otimizada e a criação de sinergia entre as competências, as imaginações e as energias intelectuais, qualquer que seja a diversidade qualitativa e onde quer que esta se situe.” A inteligência coletiva pressupõe, segundo o autor, a disponibilização da memória, da imaginação, da experiência, troca de conhecimentos e formas de organização e de coordenação flexíveis e em tempo real. Neste sentido, o

ciberespaço é o mediador essencial da inteligência coletiva da humanidade, o suporte no qual emergem novos gêneros de conhecimento, diferentes critérios de avaliação que orientem o saber (LÉVY, 1999).

As novas TICs e a rede mundial de computadores possibilitaram uma transformação na forma pelas quais as pessoas se comunicam umas com as outras. Podemos afirmar que está em processo de modificação o modelo de comunicação de massa em que apenas uma ou poucas fontes transmissoras dirigiam a informação para uma audiência passiva, a quem só era dado o direito da recepção dos conteúdos. Para Lévy (1999), saímos do modelo de comunicação “um-todos” para o “todos-todos,” em que os usuários da rede atuam como nós com capacidade não só de recepção, mas, sobretudo, de produção, processamento e compartilhamento de conteúdos. É importante destacar que enfrentamos um processo de transição, em que ambos os modelos coexistem e se influenciam mutuamente.

Nesse contexto, os *sites* de redes sociais, como são categorizados por Recuero (2009, p. 122), portais como Facebook, Twitter e o Orkut, são definidos como:

Estruturas sociais construídas e modificadas pelos atores, através de ferramentas de comunicação proporcionadas pelos sistemas, incluindo-se aí o aparecimento das redes sociais e, aqui compreendidas como grupos de indivíduos (atores). (...) Nesses espaços, são construídas conversações síncronas e assíncronas que têm diferentes efeitos sobre a estrutura da rede social.

A esse mesmo grupo de estruturas sociais, Lemos e Lévy (2010) chamam de softwares sociais, ressaltando que eles permitem ampliar as formas de relacionamento entre as pessoas, modificando a esfera pública. Os autores ressaltam que o ciberespaço e as redes sociais virtuais estão expandindo as fronteiras do espaço público onde atuam diversas instituições. Além disso, cada vez mais atividades humanas coletivas se realizam em um “espaço virtual de comunicação integrado a espaço físico efetivo” (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 110). Aspectos de nossa vida, como o trabalho e o lazer, estão cada vez mais ligados a uma ou mais comunidades e/ou redes sociais.

4. MÉTODO

Para a realização da pesquisa, utilizamos uma combinação de técnicas de coleta e análise de dados. Entre elas, a pesquisa bibliográfica, a Análise Documental (AD), roteiro de entrevista semiestruturada e, de um modo especial, a Netnografia ou Etnografia Virtual, caminho metodológico que vem sendo cada vez mais utilizado para a compreensão das culturas, redes e comunidades virtuais.

A pesquisa bibliográfica nos ajudou a construir o referencial teórico sobre Extensão Rural e Cibercultura. Por meio da Análise Documental (AD), coletamos dados apresentados nos documentos oficiais da Asbraer, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, na Lei de Ater, IBGE, e órgãos de pesquisas que trabalhem com estatísticas e informações sobre internet, tecnologias da informação e comunicação, redes sociais virtuais, entre outros.

Entre os documentos institucionais, utilizamos o Estatuto Social da Asbraer (ASBRAER, 2012a), um relatório referente ao 2º Fórum das Entidades Oficiais de Ater (ASBRAER, 2011a) e a publicação Serviços de Ater para o Brasil

Contemporâneo (ASBRAER; ABER, 2010). Também realizamos a coleta de material jornalístico diretamente da página oficial da Asbraer na internet (www.asbraer.org.br): matérias e reportagens produzidas pela Assessoria de Comunicação da entidade que abordavam, especialmente, as atividades e ações de cunho político realizadas pela Asbraer entre junho de 2011 e junho de 2012. Estes dados nos auxiliaram a construir um panorama das ações e preocupações contemporâneas da Asbraer no cenário da Ater brasileira.

A Netnografia ou Etnografia Virtual é uma abordagem metodológica recente que se utiliza dos pressupostos da Etnografia para análise do ciberespaço. Compreendemos a Etnografia como um método investigativo originário do campo da antropologia, mas que encontrou espaço e se desenvolveu em diversas áreas das ciências humanas, sociais e notadamente no campo da comunicação. Muitos pesquisadores do ciberespaço têm se valido desta técnica metodológica para analisar comunidades virtuais, blogs, *sites* de redes sociais, entre diversos outros objetos.

A adoção da Netnografia é válida no campo da comunicação, na medida em que “muitos objetos de estudo localizam-se no ciberespaço” (MONTARDO; ROCHA, 2005, p. 1), exigindo novos instrumentais mais apropriados para a sua compreensão e análise. Neste sentido, compreendemos a Etnografia Virtual como uma metodologia qualitativa que “amplia o leque epistemológico dos estudos de comunicação e cibercultura” (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008).

A Etnografia Virtual é apontada como uma abordagem apropriada ao estudo empírico da internet. O ponto de partida é um modelo comunicacional que considera o contexto e as culturas ali desenvolvidas, “no qual estão inscritas conversações, práticas e negociações simbólicas cuja observação sistemática e a investigação interpretativa nos ajudam a decompor e desvendar padrões de comportamento social e cultural” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 167-168).

Apontado como o criador do termo Netnografia, em meados da década de 1990, Kozinets (2010 apud FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 190) ressalta que essa abordagem metodológica pode ser adaptada e auxiliar o pesquisador não apenas em chats, fóruns e grupos de discussão, mas também na análise de blogs, audiovisuais, fotografias, comunidades de podcasting, mundos virtuais, jogadores de videogames em rede e *sites* de redes sociais. Esta última categoria, na qual se inserem *sites*, como Facebook, Twitter e Orkut, representa um campo de estudo aberto a novas metodologias de análise, como a Netnografia.

Esses *sites* são caracterizados pela construção de um perfil com características identitárias (que são percebidos como os atores sociais) e com a apresentação de novas conexões entre esses perfis (as arestas na rede social). Como a internet possui ainda a característica da pertinência das interações sociais, essas são mais facilmente percebidas, gerando novas oportunidades de estudos desses grupos sociais (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 116).

Kozinets (2002) destaca que há pelo menos duas possibilidades de coleta e análise de dados, por meio da Netnografia ou Etnografia Virtual. A primeira delas está relacionada às informações coletadas e copiadas diretamente dos participantes de uma comunidade ou rede virtual. Nos perfis de cada membro/nó há, em muitos casos, dados referentes à formação profissional e acadêmica, aos interesses pessoais, entre outros interesses. É prudente, no entanto, que o pesquisador tome

cuidado para diferenciar o que é público do que é privado e busque filtrar as informações e dados realmente relevantes para a realização da pesquisa. O segundo tipo de coleta está ligado às observações das práticas comunicacionais vistas pelo pesquisador junto aos participantes da comunidade analisada. Interações, simbologias e a própria participação do pesquisador fazem parte desse tipo de coleta. O autor também destaca uma possível captura de dados por meio de entrevistas junto aos membros da rede virtual, que podem ser realizadas por meio de conversas de chats, trocas de e-mails, mensagens instantâneas ou outras ferramentas.

Para fins deste estudo, realizamos uma combinação das duas primeiras vertentes sugeridas por Kozinets (2002). A primeira consistiu em coletar e analisar as informações disponibilizadas nos perfis dos seguidores da Asbraer no Facebook, especialmente quanto à formação profissional de cada nó, instituição em que atuava, localização geográfica, entre outros dados. Isto nos ajudou a compreender quem efetivamente fazia parte da rede na qual a Asbraer estava inserida no Facebook e, também, em que medida essa rede continha a participação de atores, instituições e grupos ligados ao debate da Ater no Brasil e que poderiam ser interlocutores da Asbraer nesse espaço virtual. A segunda vertente que nos preocupou referiu-se às práticas comunicacionais entre a Asbraer e seus seguidores: que tipo de interações, trocas, conversações, diálogos e discussões era possível de ser observado na Linha do Tempo no Facebook entre a Asbraer e seus seguidores, como também destes entre si. A Linha do Tempo é o espaço pessoal disponibilizado pelo Facebook para que cada usuário publique seus conteúdos ou permita que outros usuários assim o façam. É considerada como a face pública específica de cada usuário do Facebook.

Nesse sentido, os conteúdos divulgados pela Asbraer em seu perfil no Facebook, juntamente com as interações feitas entre a entidade e seus seguidores, corresponderam a informações valiosas para a análise netnográfica proposta nesta pesquisa. Em nossa análise, utilizamos os princípios da Política Nacional de Assistência e Extensão Rural como eixo norteador.

Nossa amostra foi coletada diretamente da linha do tempo da Asbraer no Facebook, nos meses de março, abril e maio de 2012. Escolhemos esse período porque foi marcado por um debate no âmbito da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em todo o país. Nos meses de março e abril, profissionais, gestores, movimentos sociais, centros de ensino e pesquisa, entre outros atores sociais, participaram de um amplo processo de discussão e aprofundamento que culminou com a 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Cnater), realizada entre os dias 23 e 26 de abril de 2012, em Brasília, Distrito Federal. Antes disso, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mais de 40 mil pessoas participaram de conferências territoriais, municipais e estaduais realizadas em todos os Estados brasileiros no mês de março, além dos seminários temáticos promovidos no mesmo período (MDA, 2012). Representantes da sociedade civil e das esferas governamentais engendraram um grande processo que envolveu 26 conferências estaduais e uma distrital, além de outras sete conferências temáticas, 160 conferências territoriais e duas municipais. Todo esse processo de debate e proposição tinha o objetivo de apontar contribuições para o desenvolvimento do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater).

Como já dito, a análise das publicações feitas na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook foi realizada a partir de quatro diferentes categorias: 1) Ater e desenvolvimento sustentável; 2) Ater e agricultura de base ecológica; 3) Ater, participação e cidadania; e 4) Ater e relações de gênero, geração e etnia.

5. A ASBRAER

Criada no dia 8 de junho de 1990, fruto de um encontro realizado em Brasília entre representantes das instituições estaduais de assistência e extensão rural, em 21 de abril do mesmo ano, a Asbraer surge com a missão de minimizar os impactos negativos decorrentes da extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), fechada dias antes pelo Governo Collor, por meio da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990 (BRASIL, 1990). A extinção da Embrater resultou num duro golpe à Ater realizado em todo o país nos anos 1990. Com a ausência de apoio do Estado para as ações de Ater, a responsabilidade ficou a cargo dos estados e municípios, sendo, em muitos casos, sucateada ou mesmo extinta (BRASIL, 2004). Desde então, a Asbraer procura exercer papel importante no debate a respeito das políticas para a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no país.

Em seu estatuto social, fica claro o papel político que a Asbraer procura exercer no cenário nacional em relação à Ater. A entidade busca se colocar como agente ativo na promoção e fortalecimento da Ater em todos os níveis, na medida em que sua missão está intimamente comprometida com a influência, formulação e debate de políticas públicas para a área; com a articulação das entidades associadas e na luta por recursos e financiamento de suas ações; com a divulgação das atividades delas; fomento do debate público e formação de uma cultura de Ater no país; com a busca pelo desenvolvimento sustentável junto às famílias do campo (ASBRAER, 2012a).

Nesse sentido, a Asbraer atua em diferentes frentes na promoção da Ater no Brasil. Em suas assembleias ordinárias e extraordinárias, realizadas no mínimo duas vezes ao ano, os dirigentes das 27 entidades estaduais, que são os representantes delas no quadro de membros da Associação, debatem diversos temas relacionados à realidade da Extensão Rural nos estados e à situação de cada uma das organizações. A partir dessas discussões, o Conselho Diretor da Asbraer elabora sua pauta política e passa a atuar em fóruns específicos do setor e em espaços onde possa exercer influência e atender às demandas levantadas por cada Estado: ministérios do Governo Federal – como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); comissões do Congresso Nacional – tanto da Câmara dos Deputados, quanto do Senado –, além de audiências públicas, seminários, encontros temáticos, entre outros. Os presidentes das entidades associadas à Asbraer também passam a agir em seus Estados, no sentido de favorecer a relação das decisões tomadas em conjunto nas reuniões da Associação.

Ao afirmar em seu estatuto oficial que busca exercer influência nas políticas públicas voltadas à Ater no Brasil, a Asbraer passa a ter seus interesses político-institucionais voltados também à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), já que esta é a atual política do Estado brasileiro para o acompanhamento de homens e mulheres do campo e dos povos tradicionais. Embora não se comprometa diretamente a promover políticas públicas de Ater nos moldes específicos da instituída em Pnater, a Asbraer busca destacar em diversas oportunidades a importância dessa política pública como um marco histórico, político e institucional para a Ater brasileira no contexto contemporâneo.

Como pode ser observado em seus objetivos sociais, a Asbraer também assume o compromisso de “divulgar as atividades realizadas pelos associados, visando a promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural no país” (ASBRAER, 2012a, p. 1). Para isso, a Associação utiliza diversos meios de comunicação institucional próprios para dar conta dessa sua atribuição junto às entidades a ela

associadas. Em maio de 2011, a Asbraer deu início a uma nova fase em sua comunicação no ciberespaço. Foi nesse mês que o novo *site* da entidade (www.asbraer.org.br) foi ao ar, trazendo consigo uma prática atual e cada vez mais presente em termos de comunicação com diversos públicos de interesse: o uso institucional de redes sociais virtuais. Nessa mesma época, a Associação criou perfis nas redes sociais virtuais Facebook, Orkut, no microblog Twitter e no compartilhador de vídeos Youtube. Desde então, a equipe de comunicação da Associação veio se esforçando para manter permanente a atualização dessas mídias sociais, como forma de expandir as fronteiras de suas ações e da missão institucional da Asbraer.

É nesse sentido que o estudo busca compreender até que ponto o *site* da rede social Facebook pode ser considerado como espaço de promoção da Pnater, a partir da seguinte questão: em que medida as ações de comunicação da Asbraer no Facebook contribuem para favorecer a promoção dos princípios da Pnater junto a seus seguidores virtuais?

6. A ASBRAER NA REDE VIRTUAL FACEBOOK

Até fins de maio de 2012, a Asbraer possuía 201 seguidores em sua rede de contatos virtuais em seu perfil no Facebook (www.facebook.com/asbraer.brasilia). Desses, conseguimos acessar o perfil de 183, dentre os quais identificamos 26 que não foram considerados nesta pesquisa, pelo fato de estarem inativos, ou por não possuírem nenhuma ligação entre si ou com a temática da Ater. Ao todo, 157 contatos foram objeto de nossa análise.

Num primeiro momento, tivemos a preocupação de estabelecer as possíveis ligações entre os perfis presentes nos seguidores da Asbraer. Isto nos auxiliou na descrição da rede e na percepção dos possíveis interesses desses atores nas temáticas trazidas pela Associação em suas postagens de sua Linha do Tempo. De uma forma geral, identificamos pelo menos três grupos com perfis relativamente próximos, especialmente quanto à formação e atuação profissional. O primeiro grupo levou em conta os que afirmaram em seus perfis possuir vínculos com as Ciências Agrárias. No segundo grupo, destacamos os perfis que se identificaram com as Comunicações Sociais. O terceiro grupo envolveu as instituições e entidades que seguem a Asbraer.

Dos perfis que conseguimos acessar entre os amigos virtuais da Asbraer, pelo menos 49 se revelaram como profissionais com formação em Ciências Agrárias ou áreas afins. Entre estes, identificamos 16 perfis que se definiam como engenheiros agrônomos, 14 como técnicos agrícolas ou agropecuários, quatro como médicos veterinários, dois como zootecnistas, quatro como extensionistas rurais – sem indicarem a formação acadêmica –, três pós-graduados em áreas afins, um graduado genericamente em Ciências Agrárias, três estudantes de graduação – dois de Agronomia e um sem definição específica – um especialista em direito ambiental e um engenheiro ambiental. Entre estes profissionais, nove afirmaram publicamente em seus perfis trabalhar como extensionistas rurais, sendo quatro vinculados à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater-PA); dois à Emater do Estado de Minas Gerais; um à Emater do Piauí; um ao Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA-PE); e um não declarou vínculo empregatício, mas informou em seu perfil que trabalha em São Luís do Maranhão.

Identificamos também entre os contatos da Associação um grupo variado de profissionais que atuam nas entidades estaduais associadas à Asbraer, especialmente no quadro administrativo e gerencial das entidades. Ao todo, 19 seguidores da Asbraer no Facebook se enquadram nesse perfil, dentre os quais

encontramos pelo menos uma presidente de entidade estadual (Emater-PA); o diretor executivo da Asbraer; quatro assessoras de comunicação social (três do IPA-PE e uma da Emater/PB); duas secretárias (IPA/PE e Emater-MG); uma pesquisadora (IPA-PE); um assistente administrativo (Emater-MG); um servidor ligado ao setor de licitação (IPA-PE); uma nutricionista (IPA-PE) e seis profissionais que não indicaram em seus perfis os cargos que ocupam, sendo dois do IPA-PE, dois da Emater-MG e dois da Emater-PA.

Na rede formada pela Asbraer e seus seguidores, conseguimos catalogar ao todo 34 perfis institucionais, como entidades de Ater, ONGs, empresas, associações, sindicatos, entre outros. Apesar de o número de perfis de instituições não ser tão elevado, há uma diversidade substancial entre cada uma delas, sob diversos aspectos. Em geral, as entidades ligadas a grupos de agricultores familiares ou demais públicos beneficiários da Pnater são minoria, quase inexistentes na rede virtual de amigos da Asbraer.

Profissionais e instituições ligadas à Comunicação Social marcaram presença significativa entre os contatos diretos da Asbraer no Facebook. Ao todo, dos 201 amigos virtuais que a Associação registrava até fins de maio de 2012, quarenta perfis virtuais se relacionavam a jornalistas, assessores de comunicação, publicitários, estudantes da área e veículos de comunicação das mais variadas naturezas. A forte presença deste tipo de público se justifica, aparentemente, pelo fato de que por meio do perfil institucional da Asbraer, é possível acessar grande número de informações de diversas partes do país, relatando experiências de Ater nos mais diferentes contextos e localidades.

Ao todo, a Asbraer disponibilizou 153 publicações sobre as ações das entidades a ela associadas, de alguns parceiros e de entidades não governamentais, como a Contag, registrando uma média de 51 postagens por mês durante o período analisado – de março a maio de 2012. No entanto, apesar da quantidade significativa de conteúdos disponibilizados pela Asbraer em sua Linha do Tempo, é desanimador o registro feito nesse mesmo espaço em relação às interações entre a Associação e seus amigos virtuais. Uma primeira questão que se mostrou relevante nesta análise foi o fato de que nenhuma das 153 ações de comunicação feitas pela Asbraer em seu perfil no Facebook foi seguida por comentários de seus amigos/seguidores.

Além da ausência de comentários por parte dos nós presentes na rede virtual da Asbraer, identificamos um número incipiente de outros tipos de interação. Das 153 publicações feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo, apenas 28 receberam algum tipo de manifestação por parte dos seguidores da entidade no Facebook. Destas, somente 9 foram curtidas uma única vez pelos amigos virtuais da entidade. O botão curtir presente no Facebook é uma ferramenta direcionada à interação entre os usuários, e em geral aponta manifestação de aceitação positiva.

O número de compartilhamentos de conteúdos também se mostrou relativamente baixo no período analisado. Por meio da função *compartilhar*, os usuários do Facebook podem transmitir a seus amigos virtuais ou grupos *on-line* as informações e os conteúdos que forem do seu interesse, ampliando o total de usuários que receberão a comunicação específica que foi compartilhada. O número de compartilhamentos registrados na Linha do Tempo da Asbraer entre março e maio de 2012 foi de apenas 22. Todas as publicações compartilhadas pelos nós da rede da Asbraer foram de conteúdos diferentes, de modo que nenhuma das ações de comunicação da Associação foi partilhada mais de uma vez por usuários diferentes.

7. A PNATER NAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DA ASBRAER

Grande parte das publicações feitas pela Asbraer no Facebook teve origem em notícias que a própria Associação divulgou em seu *site* institucional. Em geral, a entidade disponibiliza em seu perfil no Facebook um link que conduz o internauta ao texto completo em seu *site* institucional. Das 153 publicações registradas na Linha do Tempo da Asbraer, entre março e maio de 2012, 137 foram produzidas pelas assessorias de comunicação de uma das 27 entidades estaduais a ela vinculadas, ou pelas assessorias de órgãos com as quais estas mantêm vínculos institucionais. Ao navegar na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook, é possível acessar todos estes conteúdos, geralmente acompanhados por títulos jornalísticos, um pequeno resumo referente à publicação, algumas fotografias e o link para o texto integral, que fica na página oficial da Asbraer – www.asbraer.org.br

A princípio, nosso intuito era o de realizar essa análise exclusivamente por meio das publicações registradas na Linha do Tempo da Asbraer, através da análise proposta pela etnografia virtual ou netnografia. Este caminho metodológico de coleta e análise de dados prevê a possibilidade de utilizar as práticas comunicacionais feitas entre os usuários de uma determinada rede ou comunidade virtual. No entanto, as ações de comunicação presentes neste espaço virtual se resumiram praticamente às postagens feitas pela Asbraer. Possíveis interlocuções entre a Associação e seus seguidores e destes entre si praticamente não aconteceram, sobretudo por meio de comentários escritos. Desta forma, tivemos que fazer um ajuste em relação ao caminho inicialmente proposto. Neste sentido, as mensagens em estudo são os textos integrais a que as publicações da Asbraer no Facebook conduziam por meio de link.

7.1. Ater e desenvolvimento sustentável

Das 153 postagens que coletamos na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook, identificamos 8 em que a temática ambiental é apontada com destaque em seus respectivos títulos. De uma forma geral, percebemos que as postagens que tinham conteúdos ligados à sustentabilidade apresentavam certa ambiguidade de conceitos e preocupações. Em algumas publicações, tanto era possível identificar preocupações verdadeiramente focadas na preservação do planeta e na melhoria da qualidade de vida das pessoas, quanto propostas relacionadas a uma forte intenção de conquista de nichos de mercado e consumidores, por meio da utilização do cultivo de orgânicos, como estratégia de marketing.

Registramos também na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook algumas ações de cunho educativo, não ligadas apenas à produção agrícola ou pecuária, mas voltadas a sensibilizar populações rurais e técnicos/extensionistas das entidades estaduais de Ater em relação à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Na publicação intitulada “Capacitação enfoca educação ambiental sustentável” (EBDA, 2012), disponibilizada em 17 de maio de 2012, é apresentada uma ação deste tipo, em que agricultores familiares participam de formação voltada ao conhecimento e preservação da fauna e flora do território de Irecê, município localizado no Agreste baiano. Além da preocupação com a preservação do tal ecossistema, os técnicos responsáveis pela formação, vinculados ao Centro de Formação de Agricultores Familiares de Irecê (Centrefértil), unidade da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (BDA-BA), destacaram nessa publicação que a formação busca “trabalhar os assuntos voltados para a agricultura familiar, pontuando os impactos ambientais negativos e suas potencialidades, além

da legislação, os princípios éticos e a importância do conceito dos Rs (repensar, reciclar, recusar, reutilizar e reduzir) da sustentabilidade” (EBDA, 2012).

Embora essas sejam ações de comunicação que apresentam iniciativas positivas de Assistência Técnica e Extensão Rural, atendendo em parte ao princípio da Política Nacional de Ater, que trata da promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural, cabe ressaltar que elas são uma pequena parcela em relação ao que foi publicado pela Asbraer em sua Linha do Tempo no Facebook. Como foi afirmado acima, das 153 publicações feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo, identificamos apenas 8 – cerca de 5,2% – que chamavam a atenção dos seguidores/amigos virtuais para questões ligadas especificamente à sustentabilidade, com ambiguidade em alguns casos. Some-se a isso a quase ausência de conteúdos, como: problematização de práticas difusionistas de extensão rural; críticas ao modelo de desenvolvimento economicista do meio rural; construção de projetos políticos pedagógicos voltados à sustentabilidade; formação de parcerias com entidades não governamentais ou de ensino e pesquisa na perspectiva da capacitação de extensionistas e comunidades rurais; entre outras questões.

7.2. Ater e agricultura de base ecológica

Nossas preocupações se concentraram em experiências voltadas não só para o não uso de agrotóxicos e insumos químicos, mas também que apontassem para a construção de novas formas de agricultura voltadas à superação do modelo de desenvolvimento rural imposto pela Revolução Verde, baseado, sobretudo, na implementação de tecnologias e insumos químicos. Também era do nosso interesse a identificação de políticas e ações que promovessem o fortalecimento da cadeia produtiva da agricultura familiar, sobretudo a comercialização e introdução da produção das famílias rurais em novos espaços e nichos de mercado.

Diferentemente das demais categorias desta etapa de nossa análise, que receberam relativamente poucas publicações diretas na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook, as atividades agrícolas obtiveram grande atenção, neste espaço virtual, entre os meses de março e maio de 2012. Das 153 postagens feitas pela Asbraer em seu perfil, pelo menos 36 se relacionavam diretamente à promoção de iniciativas de fortalecimento da agricultura.

A realização de dias de campo, intercâmbios e encontros de formação voltados a agricultores familiares também ganhou destaque na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook. Em geral, as publicações relatavam experiências realizadas por diferentes equipes de Ater no país, no sentido de diversificar a produção agrícola, promover a utilização de novos métodos de cultivo ou o uso de tecnologias diferenciadas para a agricultura familiar.

Identificamos oito publicações que falam de iniciativas relacionadas a políticas de inserção e comercialização da produção, especialmente em relação ao Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Ao todo, cinco publicações feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo relataram experiências ligadas ao Pnae em diferentes Estados do País. Em relação ao PAA, a Asbraer divulgou três publicações específicas.

Embora as publicações feitas pela Asbraer em seu perfil no Facebook referentes a políticas de compra direta de alimentos junto à agricultura familiar por meio do PNAE e PAA possam ser consideradas positivas, em sintonia com os princípios da Política Nacional de Ater, cabe ressaltar que as experiências relatadas neste espaço virtual tiveram origem em entidades estaduais de Ater de apenas cinco Estados do Brasil. Ao considerar o intervalo do recorte feito por nossa pesquisa – de

três meses – e levando em conta a importância deste tipo de política – tanto para a inserção econômica e comercial da agricultura familiar, quanto para a garantia do acesso a alimentos de boa qualidade para estudantes da rede básica de ensino –, acreditamos que este tipo de conteúdo poderia ter encontrado mais espaço na rede social virtual da Asbraer no Facebook.

Identificamos também duas ações de combate a pragas nas plantações que levaram em consideração a utilização de métodos não agressivos ao meio ambiente. A realização de 23 publicações sobre eventos em todo o país – feiras, jornadas, exposições – ganhou destaque na Linha do Tempo da Asbraer. Tais publicações, feitas pela Asbraer em seu Facebook, mostravam a experiência de 14 eventos, feiras ou exposições, que, por sua vez, apresentavam configurações diversas e específicas, realizadas em 9 diferentes Estados do Brasil. Em algumas ocasiões, a agricultura familiar constituiu o mote central do evento. Em outras, foi registrado o esforço das entidades estaduais de Ater para inserir as famílias rurais beneficiárias da Pnater em iniciativas ligadas ao grande negócio rural.

7.3. Ater, participação e cidadania

Como nossa análise se deu nos meses em que boa parte do país se debruçava sobre os debates ligados à Conferência Nacional de Ater (Cnater), era esperado que o perfil da Asbraer no Facebook contemplasse ações em todo o país relacionadas à discussão sobre políticas públicas voltadas à Ater e, sobretudo, ligadas ao debate da Política Nacional de Ater (Pnater) e ao Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (Pronater). Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, entre março e abril de 2012, mais de 40 mil atores em todo o Brasil estiveram envolvidos nas conferências temáticas, municipais, estaduais, distritais e nacional. A Lei de Ater – Lei 12.188 de janeiro de 2010 – previa a realização da Cnater a cada quatro anos, com o objetivo de indicar as diretrizes do Pronater, principal instrumento e implementação da Pnater.

Das 26 conferências estaduais e uma distrital realizadas no Brasil no mês de março, apenas sete foram noticiadas pela Asbraer em sua Linha do Tempo no Facebook. As conferências estaduais de Alagoas, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e a conferência do Distrito Federal foram noticiadas pela Asbraer em seu perfil virtual, cada entidade com uma respectiva publicação. Ao todo, vinte Estados brasileiros não tiveram suas conferências estaduais disponibilizadas pela Asbraer em sua Linha do Tempo no Facebook. Infelizmente, esse processo foi contemplado de forma incipiente pela Asbraer em seu Facebook.

Nas publicações feitas pela Asbraer na Linha do Tempo de seu perfil no Facebook, em poucas ocasiões encontramos relatos de experiências em que os agricultores familiares e suas representações – sindicatos, associações, federações, entre outras – participaram com voz ativa e protagonismo efetivo. Em geral, boa parte das publicações apresentou atividades organizadas pelas entidades estaduais de Ater em que os agricultores familiares foram o público-alvo, ou seja, estavam presentes na condição de participantes –, muitas vezes passivamente – e não na qualidade de promotores efetivos.

Das 153 publicações feitas pela Asbraer no Facebook, entre março e maio de 2012, identificamos três em que os agricultores familiares e entidades participam, ao que parece, em condição de igualdade com os demais interlocutores do debate sobre políticas públicas de Ater.

Por fim, registramos a realização e alguns encontros de integração entre agricultores e beneficiários da Pnater organizados pelas entidades estaduais em diversas cidades do país. Embora atividades como os dias de campo e de

intercâmbio entre agricultores sejam oportunidades de fortalecimento coletivo e de discussão sobre temáticas diversas, nem sempre as entidades estaduais de Ater buscam praticar uma extensão rural efetivamente participativa e emancipadora, em que os agricultores são considerados sujeitos de suas próprias vidas. Uma análise mais cautelosa do texto disponibilizado no *site* oficial da Asbraer, por meio de link no perfil do Facebook da entidade, sobre o Dia de Campo promovido pela Emater-RO, revela que “os extensionistas da Emater apresentaram números e resultados que apontaram a atividade como investimento importante na diversificação da produção local e no contexto da agricultura familiar.” É de se questionar que tipo de extensão rural é praticado quando se afirma que “se tem levado aos agricultores o conhecimento das potencialidades e oportunidades para o aumento da renda familiar na pequena propriedade” (EMATER-RO, 2012). Ao ressaltar que o conhecimento está sendo “levado” para o “aumento da renda,” tem-se a impressão de que outros aspectos fundamentais desse tipo de atividade são deixados de lado ou considerados menos importantes. Questões como a construção coletiva do conhecimento, a valorização dos saberes dos agricultores, suas opiniões e preferências, a articulação e organização deles entre si, a formação política e coletiva favorecida por intercâmbios e dias de campo, ao que parece, são diminuídas pela prática de uma extensão rural de cunho difusionista e vertical.

7.4. Ater e relações de gênero, geração e etnia

Público fundamental nas preocupações da Política Nacional de Ater, as mulheres receberam atenção discreta entre as publicações feitas pela Asbraer na Linha do Tempo. Das postagens feitas pela entidade, apenas sete destacaram o público feminino em ações diversas. Duas delas ressaltaram a posse de presidentes de entidades estaduais de Ater. As demais publicações, com enfoque nas mulheres rurais – cinco ao todo –, tratavam de ações diversas de extensão rural realizadas pelas entidades estaduais, no sentido de favorecer a inclusão produtiva e o aumento da renda entre esse público. Três delas destacavam a realização e cursos de capacitação, uma delas divulgava a realização de um seminário e outra trazia a história de uma agricultora que fazia a produção de farinha de mandioca para comercialização.

Entre os encontros de formação destinados às mulheres rurais, promovidos pelas entidades estaduais de Ater e que foram divulgados no perfil do Facebook da Asbraer, três deles abordam iniciativas voltadas ao fortalecimento de cadeias de produção e comercialização de artesanato.

As experiências divulgadas pela Asbraer, em sua Linha do Tempo no Facebook, apresentam, em geral, ações das entidades estaduais de Ater, associadas à Asbraer, em que as mulheres aparecem como o público principal, sobretudo em relação à sua inserção econômica e política. No entanto, vale ressaltar que o número de publicações que tratam abertamente de questões de gênero e da valorização da mulher rural foi bastante reduzido em relação ao total – 7 entre 153. Se levarmos em consideração que o período analisado foi de três meses, temos uma média de publicações de pouco mais de duas postagens por mês, o que revela que num espaço de trinta dias as mulheres rurais só aparecem prioritariamente de duas a três vezes. Chamou nossa atenção também a ausência de algumas temáticas relacionadas à garantia dos direitos das mulheres, como a divulgação de iniciativas de combate à violência contra a mulher rural; ao fomento de implantação de creches e unidades infantis de ensino – que possibilitariam à mulher se dedicar por mais tempo a outras atividades; ao incentivo à participação feminina em fóruns políticos, movimentos sociais, sindicatos rurais, entre outras questões.

Em relação à juventude rural, o número de publicações diretas foi ainda menor na Linha do Tempo da Asbraer. Na análise realizada, identificamos apenas quatro postagens na Linha do Tempo da Asbraer, tratando prioritariamente de questões referentes aos jovens do meio rural. As ações citadas, ao mesmo tempo em que abordam preocupações de algumas entidades estaduais promotoras da Ater sobre a juventude rural, especialmente em relação à sua permanência no campo, deixam a desejar quanto à diversidade de iniciativas para esse fim. As publicações feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo e que abordam a juventude rural como tema central, além de numericamente reduzidas – apenas quatro num universo de 153 postagens –, enfatizam apenas ações voltadas quase exclusivamente à agricultura ou a atividades agropecuárias, como bovinocultura ou ovinocultura. Embora em algumas das publicações feitas pela Asbraer os jovens sejam chamados a ser agentes de preservação ambiental ou é apresentada, mesmo que sucintamente, a possibilidade de diversificação das iniciativas econômicas, em geral a ênfase dada nas publicações refere-se à permanência no campo, por meio de atividades eminentemente da produção agropecuária.

Chamou nossa atenção na presente análise a quase ausência total de publicações que se referissem às comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e demais povos tradicionais. Nos três meses do recorte de nossa análise – março, junho e julho de 2012 –, identificamos apenas três publicações sobre essa temática na Linha do Tempo da Asbraer. Os povos indígenas foram contemplados pela Asbraer com apenas uma publicação, no dia 18 de maio, com a postagem “Empaer presta assistência técnica a índios da tribo Bakairi em Nobres.”

Na perspectiva de análise de uma Ater voltada à promoção de políticas para mulheres e jovens rurais, comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e demais povos tradicionais, encontramos um número pequeno de experiências na Linha do Tempo da Asbraer. Além disso, o enfoque dado a essas iniciativas das entidades estaduais de Ater estava voltado, em sua maioria, à realização de atividades que tiveram como prioridade esses grupos específicos. Das 153 publicações feitas pela Asbraer, apenas 14 enfatizaram ações de Ater específicas para a inclusão de mulheres (7), jovens (4) e comunidades tradicionais (3), correspondendo a cerca de 9% do total de postagens feitas pela Asbraer em seu perfil no Facebook.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que a realização de críticas ou o apontamento das fraquezas e pontos negativos da experiência da Asbraer nos usos do Facebook, nossas preocupações de pesquisa se concentraram em compreender os possíveis caminhos que favoreçam o fortalecimento das políticas públicas de Ater, por meio do uso dessas ferramentas de comunicação digital. Se é verdade que muitas iniciativas no Facebook ou em redes como o Twitter têm conseguido bons resultados no sentido de sensibilizar e mobilizar pessoas, exercer influência sobre grupos, promover debates e aprofundamentos, dar visibilidade a problemas e a situações específicas, então a utilização dessas ferramentas de comunicação também deve estar entre os interesses dos atores comprometidos com a promoção da Ater pública e de qualidade em todos os níveis. Embora sejamos de opinião favorável de que as mudanças tão almejadas por homens e mulheres do campo passam necessariamente, como assinala Tauk Santos (2009), pela apropriação destes das esferas reais de participação, como conselhos, fóruns, audiências públicas, conferências, entre outros, também acreditamos que o bom uso das ferramentas disponíveis por *sites* de redes sociais virtuais pode favorecer esse processo, na

medida em que esses espaços ganham, cada dia mais, novos usuários e passam a ocupar cada vez mais importância na vida das pessoas e instituições.

Em relação aos conteúdos publicados, embora tratassem, em sua grande maioria, de publicações de autoria das entidades estaduais associadas, a Asbraer poderia fazer um esforço no sentido de assegurar que alguns temas significativos para a Ater contemporânea sejam contemplados com maior frequência. Conteúdos que divulgassem ações de iniciativas com mulheres rurais, jovens do campo e comunidades tradicionais poderiam ser contemplados mais frequentemente no perfil virtual da Asbraer no Facebook. Em alguns casos, este tipo de publicação pode ajudar extensionistas rurais e promotores de Ater a incluírem em suas práticas e preocupações esses públicos tão importantes. Iniciativas de Ater para a promoção de atividades não agrícolas poderiam ter mais presença na Linha do Tempo da Asbraer. Embora a Asbraer tenha apresentado diversas iniciativas, como a apicultura, a piscicultura, a avicultura e a ovinocultura, atividades voltadas à prestação de serviços, como o turismo rural, a inclusão digital de jovens do campo, entre outras, certamente enriqueceriam e aumentariam o leque de iniciativas de Ater presentes nesse espaço virtual.

Entre nossas sugestões à Asbraer para a realização de melhorias em suas ações de comunicação no Facebook, acreditamos que a Associação poderia se dedicar a ampliar os contatos com atores de seu interesse direto, sobretudo extensionistas rurais, entidades oficiais de Ater que possuam perfis nessa rede virtual, organizações não governamentais interessadas e atuantes junto a agricultores familiares e demais beneficiários da Pnater. Além disso, a Asbraer também poderia realizar esforços para conquistar mais e mais seguidores e, especialmente, gerar interesse entre aqueles que já a seguem, no sentido de interagir, comentar e compartilhar os conteúdos que ela disponibiliza em sua Linha do Tempo. Também seria interessante que a Asbraer se esforçasse, no sentido de garantir uma maior e melhor divulgação das iniciativas de suas associadas nesse espaço, especialmente assegurando uma participação mais homogênea entre os diferentes Estados do Brasil. Cabe destacar que 12 entidades estaduais associadas à Asbraer não tiveram nenhuma iniciativa sua divulgada nesse espaço virtual. Estas poderiam ser sensibilizadas, por meio de suas assessorias de comunicação, para que enviem sugestões de pauta e conteúdos que apresentem suas iniciativas de Assistência Técnica e Extensão Rural.

9. REFERÊNCIAS

AMARAL, A.; NATAL, G.; VIANA, L.. Netnografia como aporte metodológico em comunicação digital. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 20, p. 34-40, dezembro, 2008. Disponível em: <<http://migre.me/diww6>>. Acesso em: 12 set. 2012.

ASBRAER. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural; ABER. Academia Brasileira de Extensão Rural. **Serviços de ATER para o Brasil contemporâneo**: contribuição da Extensão Rural Estatal aos candidatos à presidência da República. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://migre.me/diz90>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

ASBRAER. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. In: **2º Fórum dos Dirigentes das Entidades Oficiais de ATER**: convênio MDA/ASBRAER Nº 029/2008. Brasília, 2011a. Disponível em: <<http://migre.me/dizAc>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

_____. **Estatuto Social da Associação das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2012a. Não paginado. Disponível em: <<http://migre.me/diyNL>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://migre.me/diA6G>>. Acesso em: 7 maio 2011.

_____. **Lei Nº 8.029**, de 12 de janeiro de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução das entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <<http://migre.me/diAM0>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

_____. **Lei Nº 12.188**, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://migre.me/diARI>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

CAPORAL, F. R. **Política nacional de ATER: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://migre.me/diAU9>>. Acesso em: 6 de jun. 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: A era da Informação: economia, sociedade e cultura**, v.1. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

EBDA. Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola. Capacitação enfoca educação ambiental sustentável. **ASBRAER**, Brasília, 17 de maio de 2012. Disponível em: <<http://migre.me/di7sx>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

EMATER-RO. Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia. Dia de campo mostra viabilidade do maracujá. **ASBRER**, Brasília, 11 de maio de 2012b. Disponível em: <<http://migre.me/dlbG7>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

FREIRE, P. Comunicação ou Extensão? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KOZINETS, R. V. **The field behind the screen: using Netnography for marketing research in online communities**. 2002. Disponível em: <<http://migre.me/dkVnR>>. Acesso em: 10 jul. 2011

_____. **Netnography: Doing Ethnography research online**. London: Sage, 2010.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

LE MOS, A.; LÉVY, P. **O futuro da Internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LIMA, I. S.; ROUX, B. As estratégias de comunicação nas políticas públicas de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar no Brasil. In: CIMADEVILLA, G. **Comunicación, tecnología y desarrollo**. Argentina: Editorial Universidad Nacional de Río Cuarto, 2008, p.91-102.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Um novo Brasil rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário: 2003/2010. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

_____. **1ª Conferência nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária**. Relatório das propostas aprovadas na plenária final: versão preliminar. Brasília, 2012a.

RECUERO, R. Diga-me com quem falas e dir-te-ei quem és: a conversação mediada pelo computador e as redes sociais na internet. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 38, abr. 2009, p. 118-128. Disponível em: <<http://migre.me/dISkC>>. Acesso em: 13 jul. 2012.

TAUK SANTOS, M. S. Internet: novas sensibilidades nova cidadania? In: **Inclusão digital, inclusão social?** TAUK SANTOS, M. S. (org.). Recife: Edições Bagaço, 2009.

_____. Comunicação Rural: do difusionismo tecnológico ao desenvolvimento local. In: Seminário Internacional, 2002. Recife. **Coletânea de Palestras**: Extensão e o novo espaço rural no Nordeste brasileiro. Prorenda Rural. Edições Bagaço, 2003.